



254
d

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ag nos ED na Ap Nº 0266489-7

AGRAVANTE(S): Maria Aparecida Lima de Moraes e Outros

AGRAVADO: Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO COLEGIADA. NÃO CABIMENTO. 1. Nos termos do art. 557, § 1º, do CPC, o recurso de agravo deve ser interposto em face de decisão monocrática que negar seguimento a recurso. 2. No caso, o agravo foi interposto em face de acórdão que negou provimento a recurso de Embargos de Declaração na Apelação Cível. 3. Decisões colegiadas, consubstanciadas em acórdão, não desafiam o recurso de agravo. 4. Recurso de Agravo não conhecido, por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nos Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0266489-7, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 2 de maio de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

255
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ag nos ED na Ap Nº 0266489-7

AGRAVANTE(S): Maria Aparecida Lima de Moraes e Outros

AGRAVADO: Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Recurso de Agravo** interposto por Maria Aparecida Lima de Moraes e Outros, em face de **acórdão** prolatado pela 2ª Câmara de Direito Público que negou provimento aos **Embargos de Declaração** na **Apelação** nº 0266489-7.

O acórdão foi disponibilizado no Diário Oficial Eletrônico do Estado – Poder Judiciário em 19 de abril de 2013, e o presente “recurso de agravo” foi protocolado em 24 de abril de 2013, requerendo “a) Que seja **RECONSIDERADA a decisão terminativa**, porém em assim não entendendo, seja esta **submetida ao Órgão Colegiado competente do TJPE**, para que sejam examinadas as provas documentais acostadas por ser fundamental para decisão do presente feito com a máxima justiça; b) Que mesmo no caso de **NÃO SER REFORMADA A DECISÃO POR MEIO DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO**, requer que este recurso seja apreciado pela R. Câmara competente, deste Eg. Tribunal de Justiça de Pernambuco para que esta **julgue favorável a decisão ora agravada, MODIFICANDO A SENTENÇA DE 1º GRAU DE FORMA PROCEDENTE E, CONSEQUENTEMENTE DANDO PROVIMENTO A TODO OS PEDIDOS DOS AGRAVANTES** principalmente para reconhecer nas provas documentais e nos cálculos apresentados desde a exordial que os agravantes **não estão definitivamente recebendo CORRETAMENTE A GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE TRANSITO**” (destaque no original).

Ê o relatório.

Recife, 2 de maio de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

256
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ag nos ED na Ap Nº 0266489-7

AGRAVANTE(S): Maria Aparecida Lima de Moraes e Outros

AGRAVADO: Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Preliminar de não conhecimento

Suscito, de proêmio, a preliminar de **não conhecimento** do presente **recurso de agravo**.

Isso porque o recurso de agravo, conforme o art. 557 e seus parágrafos, do CPC, deve ser interposto em face de decisão do Relator que negar seguimento a recurso (decisão **monocrática**, portanto).

O artigo 557, §1º, do CPC, tem a seguinte redação:

"Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

§ 1º-A - omissis

§ 1º. Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento".

Todavia, em verdade, o presente recurso de agravo foi interposto em face de **acórdão** que **negou provimento** a recurso (decisão colegiada). Como cediço, decisões colegiadas não desafiam recurso de agravo.

Ante o exposto, **não conheço** da presente iniciativa recursal. É como voto.

Recife, 1 de maio de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator